

Edição 2026

AGENDA RIO 2030

O futuro não demora

CASA
FLUMINENSE

casafluminense.org.br



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agenda Rio 2030 / [Casa Fluminense ; organização Casa Fluminense, Ford Foundation, Open Society Foundations]. -- Rio de Janeiro : Associação Casa Fluminense, 2026.
-- (Agenda Rio 2030)

ISBN 978-65-83412-02-7

1. Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável 2. Democracia 3. Desenvolvimento econômico 4. Gestão pública 5. Mobilidade 6. Meio ambiente 7. Rio de Janeiro (RJ) - Condições sociais 8. Rio de Janeiro (RJ) - Desenvolvimento sustentável 9. Organizações da sociedade civil - Brasil I. Casa Fluminense. II. Ford Foundation. IV. Open Society Foundations. V. Série.

26-360729.0

CDD-330.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade econômica da sociedade :
Economia 330.9

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

AGENDA RIO 2030



SUMÁRIO

PEGA A VISÃO	06
CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	08
CIDADES 2030: O FUTURO QUE QUEREMOS.....	10
CAMINHO DAS PRIORITÁRIAS	12
AS PRIORITÁRIAS	14
AGENDAS LOCAIS, SEMPRE EM MOVIMENTO.....	54
SEGUE A MISSÃO	56
AGRADECIMENTOS E FICHA TÉCNICA	58

PEGA A VISÃO

Saber de onde estamos partindo e os caminhos que nos trouxeram ao cenário de hoje é estratégico para definir quais serão as nossas prioridades para a transformação social das nossas favelas, periferias e comunidades originárias e tradicionais. O Rio de Janeiro vem de uma última eleição estadual que terminou com escândalos de corrupção, renúncia, cassação e uma linha sucessória investigada. Infelizmente essa é uma cena que se repete há mais de duas décadas no nosso estado. Foi aqui que ocorreu o primeiro impeachment de um governador da história do país, em 2021. As decisões nas urnas que protegem a democracia brasileira muitas vezes não alcançam as decisões do quadro de governo local. Por sorte, há outras histórias para se contar.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro continua produzindo boas práticas e tecnologias sociais. Em contraponto ao contexto político, a sociedade civil organizada e as lideranças sociais permanecem e estão escrevendo outras possibilidades de futuro baseadas na justiça racial, de gênero, econômica e climática. Parte importante da construção de uma agenda coletiva de políticas públicas passa pela definição de prioridades comuns. Em contagem regressiva para 2030, estamos vivendo a chamada “Década da Ação” pela Organização das Nações Unidas. Esse foi o prazo acordado entre países-membros da ONU para a consolidação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas específicas que devem tornar a vida no planeta mais sustentável para todos.

A Casa Fluminense está há 13 anos trabalhando para territorializar esses objetivos e metas, trazendo as discussões globais para a realidade local. É assim que nasce mais uma edição da Agenda Rio 2030. A publicação é atualizada a cada dois anos, acompanhando o ciclo eleitoral e apresenta as prioridades para tornar os 22 municípios da Região Metropolitana do Rio em cidades 2030, mais resilientes e justas para sua população. Essa nova Agenda chega com propostas desenhadas a partir da escuta ativa da Rede de Lideranças que compõem a Casa Fluminense. Essa teia vem criando marcos para a metrópole a partir do monitoramento cidadão, produção de Agendas Locais 2030 e incidência por políticas públicas baseadas em soluções territoriais.

A Agenda Rio 2030 chega com mais vozes, ecoando como as ações locais têm impulsionado o que é prioritário para os territórios, com planos e estratégias escritos por muitas mãos da Baixada ao Leste. Um novo ciclo se inicia após as eleições e para chegarmos em 2030 com um estado do Rio de Janeiro menos desigual, a agenda de mudança precisa partir dos diagnósticos e propostas que priorizam mudanças estruturais e emergenciais para os territórios.

Pegou a visão? Vem com a gente e boa leitura!

PRIORITÁRIAS 2030: Por que priorizar?

Pensar em 2030 já foi olhar para algo muito distante, às vezes até utópico, mas a verdade é que este marco está cada vez mais próximo. Há mais de uma década, a Casa Fluminense vem construindo diagnósticos e propostas para um Rio de Janeiro menos desigual, esses documentos são apoiados nos ODS. Com a urgência da crise climática e a necessidade de ações concretas até 2030, é necessário eleger prioridades. Foi nesse cenário que nasceram as **Prioritárias da Agenda Rio 2030**. As Prioritárias da Casa foram pensadas para acompanhar um pensamento e sonho de cidades, com políticas públicas interseccionais e também intersetoriais. Se nossos problemas por vezes atravessam diferentes campos, a nossa política não pode ser pensada em caixas. Para falar de transporte público precisamos pensar em tarifa zero e direito à cidade, mas também em zero emissões de carbono, zero mortes, campanhas contra importunação e mais transparência de dados, para começar.

Para sistematizar e monitorar as 10 propostas para o Rio, a Casa Fluminense – junto à sua Rede de Lideranças e em parcerias com coalizões nacionais – vem acumulando um diagnóstico participativo, vivo e atualizado sobre o andamento das prioritárias pela Região Metropolitana do Rio. A partir de plataformas de monitoramento cidadão como o Cobradó, a incidência das Agendas Locais e o trabalho colaborativo entre redes formadas por organizações de todo o país – foi possível elaborar o Mapa das Prioritárias que é um diagnóstico que levanta o cenário da gestão pública, transportes, saúde, saneamento, assistência social, cultura, segurança, emprego, habitação e educação a partir das justças de raça, gênero, climática e econômica.

“ Fazer política pública é não deixar ninguém para trás. Pensar no presente para que no futuro seja possível manter o bem-estar comum. ”

Wendel Rodrigues Silva, *Ressuscita São Gonçalo*.

CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O QUE É?

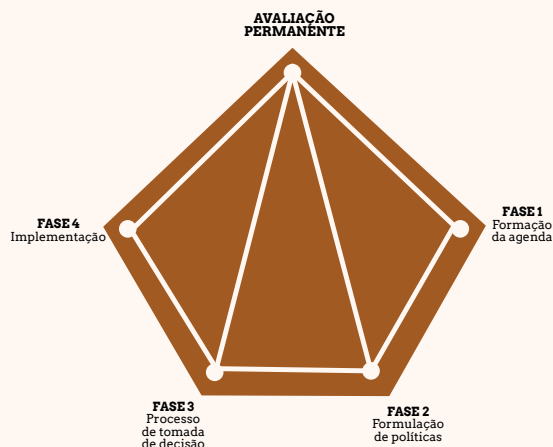
Conjunto de ações, programas e serviços que são obrigações do Estado com a população para a garantia e acesso a direitos como educação, saúde, transporte e cultura. Essas políticas são realizadas com recursos públicos pelas secretarias e outros órgãos responsáveis. Toda política pública é criada a partir de uma necessidade coletiva, ela deve ser baseada em dados e pensada junto à sociedade apresentando um plano com metas, regras, orçamento e indicadores.

QUEM FAZ?

Os políticos, parlamentares e gestores são pessoas escolhidas pela população no processo eleitoral para representar o povo com elaborações de políticas públicas alinhadas às nossas necessidades. Mas a construção de projetos de lei, programas, planos e orçamentos precisa acontecer em uma coprodução com a sociedade, de forma coletiva e com participação social a partir de espaços como conselhos e audiências públicas, por exemplo.

EXEMPLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- 🏥 Sistema Único de Saúde (SUS)
- 📄 Política de Cotas
- 🚌 Gratuidades no transporte
- 🏠 Programa Minha Casa Minha Vida
- 👤 Bolsa Família



ONDE O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FALHA?

Há 10 anos a Casa Fluminense criou o Curso de Políticas Públicas que desde então forma anualmente 40 lideranças sociais, responsáveis por elaborar agendas locais com propostas para seus territórios, incidir para que essas ideias se tornem efetivas, além de monitorar seu funcionamento no dia a dia. São pessoas fora das cadeiras de poder, mas que fazem esse ciclo girar, por isso ouvimos suas impressões e experiências para entender o que está acontecendo entre a teoria e a prática. É importante ressaltar que as falhas são encontradas em diferentes fases do ciclo a depender do contexto territorial, político e social do momento. Mas, com o objetivo de alinhar nossas estratégias coletivas de incidência, elencamos onde há mais falhas:

Fase 1: Formação da agenda



Fase 2: Formulação de políticas



Fase 3: Processo de tomada de decisão



Fase 4: Implementação



Entre as justificativas apresentadas para elencar a **Fase 1** como problema central, muitas das lideranças falam sobre a dificuldade de acessar e articular com Legislativo e Executivo municipais e estadual. Além disso, essa é uma fase enxergada como estratégica para a ampliação da participação social do território nas decisões políticas, um problema histórico que interfere no andamento do resto do ciclo – uma agenda que não ouve as pessoas é construída sem propósito de mudança efetiva. Esse problema implica diretamente na **Fase 2**, já que é nela que a agenda se torna política com plano, programação e ações, mas sem os territórios da formulação, as lideranças acreditam que imediatamente as prioridades locais são cortadas pelos gestores.

Na discussão sobre a **Fase 3**, foi apontado que por vezes as políticas até existem, mas não são implementadas, mantidas e aprimoradas. Isso acontece porque em muitos casos a sociedade civil e a população perdem na disputa do orçamento e outras pautas acabam sendo priorizadas. Já na **Fase 4** foi destacado que sua falha está ligada a um problema anterior: a falta de participação popular na tomada de decisão. Apesar dos territórios terem suas agendas e demandas locais organizadas, elas não são consideradas em muitas das decisões.

CIDADES 2030

O futuro que queremos

SISTEMA INTEGRADO DE CUIDADO

TARIFA ZERO NO TRANSPORTE

SAÚDE BÁSICA PARA TODOS

MAIS CRAS

CIDADES SEGURAS

SALVAGUARDAR MEMÓRIAS E SABERES

GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS (GCD)

GOVERNANÇA CLIMÁTICA LOCAL

MORADIAS DIGNAS

PRÉ VESTIBULAR GRATUITO

O CAMINHO DAS PRIORITÁRIAS

De olho nas 22 cidades da RMRJ



TARIFA ZERO NO TRANSPORTE

Enquanto as barcas reduziram o preço, trem e metrô seguem os mais caros do país;

10 já aderiram à Tarifa Zero nos ônibus municipais;

18 não possuem Plano de Mobilidade atualizados e publicados.



GOVERNANÇA CLIMÁTICA LOCAL

19 dos 22 municípios estão na zona laranja* indicando ar poluído e risco aumentado à saúde;

A capital possui 950 mil domicílios sem nenhuma árvore no entorno;

17 cidades não possuem Secretaria do Clima;

19 cidades não possuem Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas.

*concentrações de MP, entre 15 e 25 µg/m³



SISTEMA INTEGRADO DE CUIDADO

Política Estadual de Cuidado já foi aprovada;

21 cidades não possuem Secretaria de Cuidado;

Mulheres negras gastam 10 horas semanais a mais com cuidado do que homens brancos.



MAIS CRAS

13 municípios atuam com CRAS em sobrecarga;

Em média, os CRAS tem atendido 132% famílias a mais na RMRJ.



PRÉ-VESTIBULAR GRATUITO

16 municípios não possuem pré-vestibular gratuito com apoio da gestão local;

Pré-vestibulares Populares ainda não são citados no Plano Estadual de Educação;

60% de todas as iniciativas de pré-vestibulares populares e sociais concentram-se exclusivamente no município do Rio de Janeiro.

(Fonte: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, FMPV-RJ. Mapeamento de Pré-Vestibulares Populares da RMRJ. In: Projeto 'Tecendo Diálogos, 2023)



SAÚDE BÁSICA PARA TODOS

133 mil pessoas na fila de espera do SUS por exame ou consulta no ERJ;

Apenas 5 municípios possuem Equipamento de Atenção à Saúde Trans.



GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS

O último concurso próprio da Fundação CEPERJ tem cerca de duas décadas;

19 cidades não possuem Institutos de Planejamento e Pesquisa locais.



CIDADES SEGURAS

Nos últimos cinco anos ocorreram as 3 chacinas mais letais da história do Rio;

Foram 172 mortos nessas três operações.



SALVAGUARDAR MEMÓRIAS E SABERES

17 dos 22 municípios vem investindo menos de 1% do seu orçamento em cultura.

73% dos museus da região estão concentrados na capital da RMRJ.



MORADIAS DIGNAS

RJ tem um déficit habitacional de 500 mil moradias;

93.720 imóveis da União estão vazios na RMRJ.





TARIFA ZERO NO TRANSPORTE

Zerar as tarifas do transporte público para os passageiros, tornando o acesso a esse direito efetivo e universal. A gratuidade é uma medida direta de enfrentamento à desigualdade, além de desincentivar o uso do transporte particular, o que reduz o número de acidentes, o tempo de deslocamento e as taxas de gases poluentes, promovendo uma mobilidade triplo zero: Zero Mortes, Zero Tarifas e Zero Emissões.



10%
média da renda dos moradores comprometida com passagem na RMRJ

Fonte: Casa Fluminense, 2025 (Geração Cidadã de Dados).



Se nada mudar, a passagem dos trens custará **R\$ 10,10 em 2030.**

O SUS DA MOBILIDADE EM DISPUTA

Há em discussão no Brasil duas proposições distintas que afetam a mobilidade: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 25/2023, que institui um Sistema Único de Mobilidade (SUM) com Tarifa Zero, e o PL 3278/2021, que cria o Marco Regulatório do Transporte Público. A PEC tem tido suas votações adiadas enquanto o Marco Legal já foi aprovado no Plenário, sem maiores dificuldades. A principal diferença entre as duas propostas é o olhar para as demandas reais da população e a participação social na sua elaboração.

O Sistema Único de Mobilidade com Tarifa Zero pode representar para o transporte público e para o direito à cidade uma transformação tão profunda quanto o SUS representou para a saúde no Brasil. Assim como o SUS consolidou o entendimento de que saúde é um direito universal e dever do Estado, o SUM pode estabelecer que a mobilidade também é um direito básico, garantindo acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura e às oportunidades sem que o custo da passagem seja uma barreira. A Tarifa Zero muda a lógica do transporte público: deixa de ser um serviço tratado apenas como mercadoria e passa a ser compreendido como infraestrutura essencial para reduzir desigualdades, enfrentar a crise climática, diminuir congestionamentos e salvar vidas no trânsito. É uma virada de chave capaz de reorganizar as cidades a partir das pessoas, promovendo inclusão, eficiência e qualidade de vida.

A PEC do SUM, apresentada pela deputada Luiza Erundina cria as condições concretas para a construção de um Sistema Único de Mobilidade e para a universalização do direito ao transporte. O SUM é um passo para a modernização do vale-transporte e para a criação de outros mecanismos eficazes e socialmente justos de financiamento, fortalecendo a perspectiva da Tarifa Zero. Em resumo, a proposta enfrenta o ponto que o debate público costuma evitar: quem se beneficia da cidade congestionada também deve participar do financiamento da mobilidade coletiva – tudo isso sem impor aumento de gastos públicos. A população precisa de políticas estruturantes, e não de medidas paliativas que mantêm a crise da mobilidade urbana e aprofundem a dependência de recursos públicos pelos empresários do setor.

A luta pela Tarifa Zero exige compromisso com um sistema público, democrático e universal de mobilidade urbana – e não apenas novos mecanismos de financiamento para um modelo que segue excluindo milhões de pessoas do direito à cidade.

Coalizão Triplo Zero

Rede de organizações, movimentos e pessoas que atua pela garantia do direito à mobilidade, defendendo cidades com zero tarifas, zero emissões e zero mortes no trânsito.



#ComoContribuímos



TRANSPORTE GRATUITO É LUTA E VITÓRIA DA SOCIEDADE CIVIL

O transporte é uma das primeiras e principais pautas levantadas pela Casa Fluminense em mais de uma década de trabalho na metrópole. Falar sobre mobilidade urbana da Baixada ao Leste é discutir o peso da tarifa, do tempo, da saúde e das emissões. O transporte é um direito que nos dá acesso a outros direitos, é a partir dele que o cidadão chega a equipamentos de saúde, cultura, trabalho e educação, por exemplo. Para enfrentar esses desafios, a Casa lutou pelo que é estrutural: avanço na transparência e no processo de licitação, e incidiu nesse tema a partir de um projeto de lei aprovado na Alerj que tirava o controle do Bilhete Único das mãos da Petranspor e estabelecia uma gestão mais transparente.



Outras ações importantes foram atos e movimentos contra o aumento de passagem como o Supervia Aumento Não que em 2021 conseguiu não só barrar o acréscimo como também diminuir o valor pela primeira vez. O monitoramento cidadão do De Olho no Transporte contribuiu para o fortalecimento do uso fiscalizador dos GPS dos ônibus na cidade do Rio, o que levou a temática para o debate climático local e global. Se no início da Casa em 2013 a RMRJ não possuía nenhuma cidade Tarifa Zero, chegamos a 2026 com 10 cidades aderindo à política e o tema cada vez mais aquecido em nível nacional. Da utopia à realidade urgente, a Tarifa Zero está atravessando a metrópole.



Em Belford Roxo, pré-vestibulares comunitários e coletivos incidiram para a aprovação do projeto de lei que garante Tarifa Zero para cursinhos, esse é um instrumento que nasce do movimento social para valorizar o trabalho dos educadores populares. Fora da capital, a luta é pela criação de sistemas de integração tarifária que não onere quem precisa pegar duas conduções municipais para se deslocar até o trabalho, estudo ou lazer – essas foram as reivindicações que impulsionaram o trabalho do Mobiliza Japeri. Após 10 anos produzindo conferências, Agenda Local e um plano de mobilidade para a cidade, conquistaram a Tarifa Zero.

Nas cidades em que a Tarifa Zero já é uma realidade, como em Itaboraí, coletivos e organizações territoriais agora se organizam para monitorar como o serviço tem sido ofertado principalmente em bairros fora dos pontos centrais para garantir que a medida permaneça e não seja uma medida só da gestão vigente.

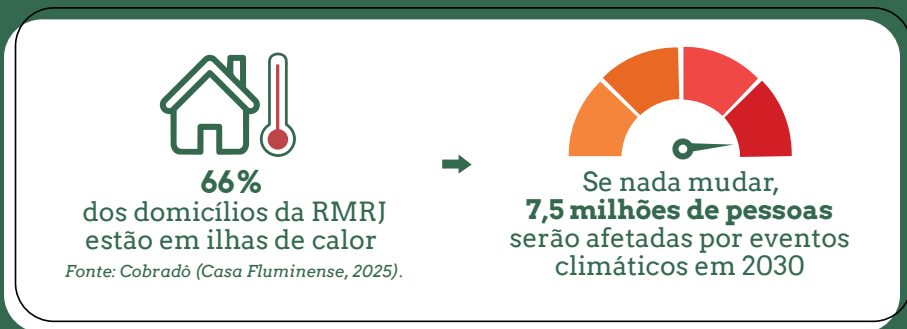
MARCOS





GOVERNANÇA CLIMÁTICA LOCAL

Criar uma estrutura de gestão da crise climática gerando espaços públicos e participativos que pautem, liderem e fiscalizem os planos e programas de adaptação climática antirracista e ações de mitigação com foco no enfrentamento ao racismo ambiental. Para isso é fundamental garantir a efetividade dessa governança participativa que valorize os saberes locais, seja paritária, transparente e intersetorial.



A SOLUÇÃO PARA A CRISE CLIMÁTICA VEM DOS TERRITÓRIOS

No Rio de Janeiro, são as populações negras, periféricas, indígenas, quilombolas, mulheres, crianças e moradores de territórios vulnerabilizados que estão mais expostas às enchentes, deslizamentos, ondas de calor, insegurança hídrica e ausência de infraestrutura sanitária. A negligência histórica do poder público diante dessas desigualdades antecipou os impactos da crise climática nesses territórios. Por isso, defendemos que a adaptação climática deve ser construída a partir da justiça racial, da participação popular e do enfrentamento ao racismo ambiental.

Diante dos impactos emergenciais e estruturais da crise climática, não basta criar planos de adaptação e mitigação: é preciso construir uma Adaptação Climática Antirracista, baseada no enfrentamento das desigualdades raciais, de gênero, geracionais, sociais, regionais e territoriais, por meio de políticas públicas estruturantes, interseccionais e intersetoriais. Essas ações devem assegurar o bem viver, a proteção das vidas vulnerabilizadas e a conservação dos biomas, articulando medidas emergenciais e de longo prazo.

Enquanto as políticas públicas não chegam, lideranças comunitárias seguem cuidando e garantindo a continuidade de seus territórios. A partir de tecnologias sociais e ancestrais, constroem soluções coletivas que sustentam comunidades inteiras. É urgente apoiar essas iniciativas com compromisso político, produção de dados racializados, metas e indicadores, financiamento e participação social, transformando estruturalmente a forma como as cidades enfrentam a crise climática.

Não há justiça climática sem justiça racial, de gênero e econômica. A transição só é justa quando prioriza o bem viver das cidades, dos territórios e das pessoas.



Rede de Adaptação Antirracista
Articulação nacional de mais de 50 organizações criada para combater o racismo ambiental a partir de políticas de adaptação às mudanças climáticas que priorizem a justiça racial.

#ComoContribuímos 

CLIMA É COISA SÉRIA!

Esse lema é a bandeira que a Casa Fluminense vem levantando para alertar que as ondas de calor não são sentidas somente na praia, mas também nas periferias, muitas vezes seguidas de enchentes. A Favela do Acari foi um dos territórios mais atingidos pelas enchentes de 2024, que afetaram mais de 100 mil pessoas e deixaram 12 mortos na RMRJ. Pela ausência do governo, mais de 50 organizações e movimentos criam a campanha #RJNãoÉDisney: plano climático já!. O coletivo Fala Akari vem lutando desde então com a falta de obras no território de mitigação dos efeitos daquelas chuvas em que muitas famílias perderam tudo o que tinham e serviços públicos estratégicos também foram afetados.

Na busca por mudanças estruturais e emergenciais, a Casa criou o Painel Climático que monitora como as gestões das 22 cidades da RMRJ vêm agindo na atual situação climática. A partir desse monitoramento cidadão, a organização tem se consolidado mobilizando audiências públicas, ações coletivas de denúncia ao Ministério Público, operando redes e participando de conferências estratégicas.



Um dos passos para conseguir territorializar essa incidência tem sido a criação de Agendas Locais, uma tecnologia social escrita por lideranças e moradores que apresenta propostas e dados produzidos por e para periferias. A Agenda Realengo 2030, por exemplo, foi instrumento de incidência para que a prefeitura criasse o Parque de Realengo, urbano e ecológico, em toda extensão do terreno no centro do bairro.



Outras estratégias utilizadas pela Rede de Lideranças são o acompanhamento das famílias e dos locais que estão sofrendo com enchentes, campanhas e denúncias sobre racismo ambiental, ações de reflorestamento comunitário, educação ambiental popular, participações em conferências e conselhos de meio ambiente. É preciso que a crise climática seja cada vez mais discutida por quem sente na pele seus efeitos. Para ampliar esse debate, o Instituto Mirindiba produz o Fórum Climático de Magé. Já o Instituto BXD, Observatório Y-guassú, Espaço Gaia e Todos Juntos Ninguém Sozinho têm se voltado para geração cidadã de dados, frente à falta de informações públicas sobre seus territórios. Essa é uma forma de denunciar que o que mata não é a chuva e sim a omissão das gestões frente à crise.

MARCOS





SISTEMA INTEGRADO DE CUIDADO

Implementar a política de cuidado por meio de um conselho paritário criando assim um ecossistema entre organizações territoriais, centros de pesquisa e serviços públicos. Essa rede deve mapear e fortalecer espaços comunitários de cuidado já existentes, priorizar o financiamento de infraestruturas de cuidado em áreas vulnerabilizadas e atingidas pela crise climática, diminuindo a sobrecarga feminina, em especial das mulheres negras, e ampliando sua autonomia.



13.683

Número de matrículas a mais de meninos do que meninas no ensino fundamental II

Diferença de matrículas entre homens e mulheres, Cobradó (Casa Fluminense, 2025).



Se nada mudar, mulheres negras seguirão dedicando em média 10 horas a mais em tarefas de cuidado do que homens em 2030

O CUIDADO TEM CEP, O QUE FALTA É ORÇAMENTO PÚBLICO

O Brasil deu um passo histórico ao sancionar a Lei no 15.069, que institui a Política Nacional de Cuidados (PNC) com investimento de R\$ 25 bilhões até 2027. Em julho de 2025, o Decreto no 12.562 regulamentou o Plano Nacional de Cuidados reconhecendo, pela primeira vez, o cuidado como direito e como trabalho essencial. O trabalho não remunerado de cuidado representa 11% do PIB nacional. Mulheres gastam, em média, oito horas semanais a mais do que homens em afazeres domésticos e de cuidado, 56% delas precisam deixar o mercado de trabalho, um custo de R\$ 348 bilhões ao ano para a economia. Se o tempo é dinheiro, o dinheiro das mulheres é sistematicamente expropriado delas. Porque o tempo das mulheres é usado para cuidar dos outros.

A previsão do cenário demográfico adiciona urgência: a população idosa brasileira crescerá 35% até 2040, com taxa de fecundidade de 1,6 filho por mulher, o que significa menos cuidadores disponíveis no futuro próximo e maior pressão sobre os que já cuidam hoje, majoritariamente mulheres negras. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, essa equação é ainda mais desigual. Cerca de 1,6 milhão de mulheres negras vivem em pobreza ou extrema pobreza, justamente as que mais sustentam o cuidado cotidiano. Menos de 1/4 das crianças da metrópole têm acesso a creches, e na Baixada Fluminense a maioria das 13 cidades não tem creche em tempo integral. Somado a essa conta, o custo do deslocamento no transporte público pode comprometer mais de um terço da renda de uma trabalhadora periférica.

A Lei Nacional é um ponto de partida, não de chegada. Para a RMRJ, às urgências são: adesão dos municípios ao Plano Nacional de Cuidados; criação de um Programa Estadual de Cuidadoras; ampliação de creches; construção de fóruns e conselhos integrados às secretarias de Trabalho, Saúde, Educação e Assistência Social; orçamento com recorte racial e de gênero; e fim da romantização do cuidado como “dom” – ele sustenta a vida, a economia e a democracia. É nesse chão que o Fórum Estadual do Cuidado RJ planta sua luta: um espaço de incidência da sociedade civil que nasce das periferias para pressionar o Estado a chegar aonde o cuidado já acontece. A PNC existe. Outros países provam que é possível. Falta o Estado garantir os direitos de quem sempre cuidou de todo mundo e sustenta a economia com seu trabalho não remunerado. A mensagem é inequívoca: reconhecer, redistribuir e remunerar o cuidado é uma escolha política viável. Não é utopia, é política pública com endereço, orçamento e prazo.

Fórum Estadual do Cuidado RJ

É um espaço de articulação política e mobilização social que busca tirar o trabalho de cuidado da invisibilidade.



Fontes: Cartilha do Fórum Estadual do Cuidado RJ (2025) | Lei no 15.069/2024 | Decreto no 12.562/2025 | Mapa da Desigualdade – Casa Fluminense | IBGE/PNAD | Ipea | OIT | ONU Mulheres – Relatório Crise global do cuidado | MDS – Plano Nacional de Cuidados (2025).

#ComoContribuímos 

CUIDADO CENTRALIZADO NOS TERRITÓRIOS

É na sobrecarga de funções que a desigualdade escancara qual é o grupo mais impactado pela injustiça social. As mulheres cis e trans, principalmente negras e indígenas, estão na base de sustentação da sociedade. Antes desta ser uma política nacional, os territórios já criavam ações voltadas ao cuidado. Foi dessa percepção que nasceu o programa Lideranças que Cuidam produzido pela Casa Fluminense. Ele reuniu agentes sociais de toda a metrópole para a produção da Cartografia do Cuidado, um mapeamento dos equipamentos comunitários de cuidado da Região Metropolitana do Rio. Essa é uma produção coletiva que busca incidir na sinalização de que a política pública precisa priorizar o apoio àquelas lideranças e organizações que já estão

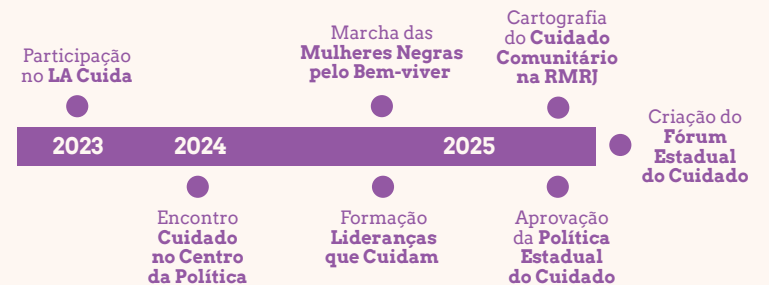


A discussão sobre esse tema ganha força a partir da metodologia do cuidado criada na Casa Cuidado, organização do Parque Paulista, em Duque de Caxias. Também na Baixada, a Casa Dulce Seixas atua como a única casa de acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+. Outra estratégia importante acontece da organização Mais que Vencedores na Vila Kennedy até o Espaço Gaia, em São Gonçalo, que são as formações voltadas a práticas de autonomia financeira para mulheres em situações vulneráveis. Essas oficinas também abrem um espaço seguro para discussões sobre violências, sobrecarga e falta de remuneração no trabalho de cuidado que muitas desempenham.



A rede de lideranças atua com rodas de escuta em especial para mulheres negras e indígenas, mães solo e atípicas, atividades coletivas para crianças que criam tempo de descanso para responsáveis, além de incidências políticas com produção de pesquisas e denúncias. O cuidado também perpassa pelo emocional, espiritual e ancestral, as rodas sempre centralizam a importância desse olhar para dentro. Essas muitas estratégias de cuidar são diárias, territorializadas e sustentam um ecossistema comunitário de cuidado que garante a vida nos territórios.

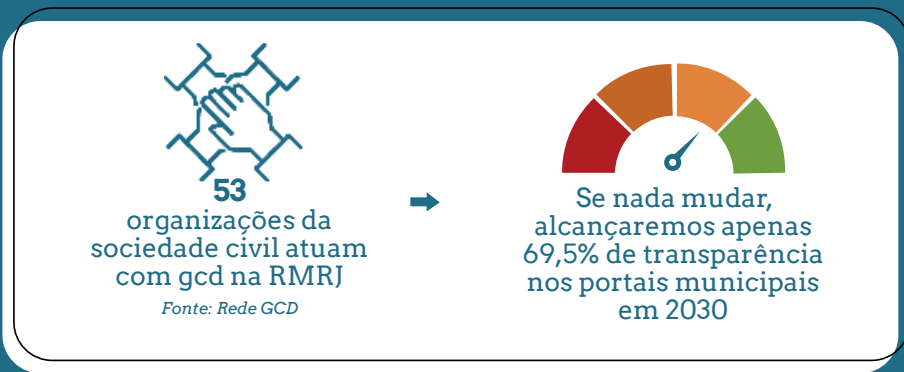
MARCOS





GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS (GCD)

Fomentar o protagonismo da elaboração de dados criados por e para periferias, favelas e comunidades originárias e tradicionais reconhecendo essa tecnologia representativa como uma ferramenta de descentralização da produção de informação. Para democratizar os dados públicos, a GCD deve estar presente nas produções de institutos e centros de pesquisa, planejamento e estatísticas municipais, metropolitanas e estaduais.



PRODUZIR DADO É PRODUZIR PODER

Quem mora em favela ou periferia sabe: quando o problema aparece no mapa do governo, já faz anos que a comunidade convive com ele. Dados governamentais sobre esses territórios são fragmentados, desatualizados ou simplesmente não existem. Sem informação, não há política pública efetiva. E sem política pública, as desigualdades seguem onde sempre estiveram.

A Geração Cidadã de Dados (GCD) parte de uma ideia simples, mas potente: quem vive o problema é quem melhor pode descrevê-lo. São moradores, lideranças e organizações dos territórios que levantam, analisam e usam dados sobre suas próprias realidades. No Rio, isso já acontece. Coletivos periféricos mapeiam enchentes, tiroteios, peso da tarifa, esgoto a céu aberto e doenças negligenciadas. Cada levantamento é também uma forma de disputar atenção, narrativa e recursos públicos.

Os territórios produzem conhecimento sobre si mesmos porque precisam, porque o Estado não lhes oferece dignidade, e porque sem dado não há disputa. Falta o poder público reconhecer esse trabalho e usá-lo na hora de planejar, executar e avaliar políticas públicas. Dado é poder. Já passou da hora desse poder estar nas mãos de quem mais precisa dele.



Rede GCD

Conjunto de organizações da sociedade civil que busca democratizar a pauta de dados no Brasil a partir da valorização dos conhecimentos territoriais e populares.



#ComoContribuímos 

QUANDO OS DADOS GOVERNAMENTAIS NÃO TE REPRESENTAM, O QUE FAZER?

Garantir o acesso à informação é fundamental para ampliar a participação popular e fortalecer o acompanhamento das ações do poder público. A construção e análise nos permitem compreender melhor as dinâmicas dos territórios, tornando visíveis demandas historicamente negligenciadas e contribuindo para uma gestão pública mais transparente e responsiva. A GCD surge como uma prática coletiva de produção de conhecimento a partir da vivência cotidiana das populações, especialmente daquelas que costumam permanecer à margem das estatísticas oficiais, ou melhor, governamentais. É a produção de dados cidadãos que permite, por exemplo, a denúncia de infrações ou informações incorretas em momentos de operações policiais letais, contrastando a experiência do morador com os dados divulgados pelo estado.

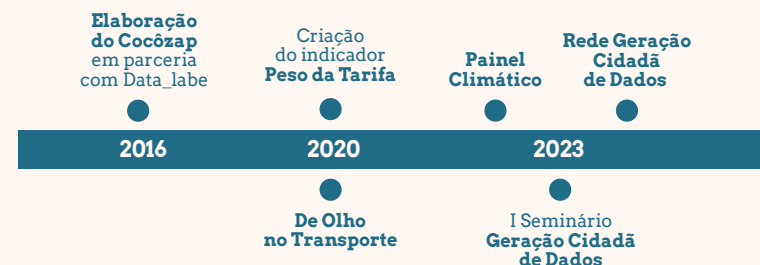


A Casa Fluminense, vem atuando e incidindo nessa frente com a produção de indicadores e pesquisas baseadas em GCD, como: indicador do Peso da Tarifa, o relatório anual De Olho no Transporte, a plataforma de monitoramento Painel Climático e a publicação do Mapa da Desigualdade. Na busca por transformar experiências e realidades locais em evidências capazes de disputar narrativas, orientar decisões e ampliar a presença da sociedade civil nos debates sobre políticas públicas, a Casa se junta a organizações parceiras para criar em 2023 a Rede GCD.



A construção de novos dados sobre nossos territórios tem sido uma estratégia de incidência importante também para atuação local das lideranças. A Nossa Meriti contribuiu na elaboração do Plano Municipal de Adaptação às Mudanças Climáticas de São João de Meriti a partir das informações que sistematizaram na Agenda Local Meriti 2030. A partir da GCD, organizações e movimentos sociais ganham um instrumento para potencializar sua incidência com iniciativas como mapeamento territorial, contribuições para planos municipais e análises sobre orçamento público. Além do monitoramento e incidência cidadã, a GCD também contribui para disseminação de conhecimento, o Curso de Geração Cidadã de Dados, promovido pelo Instituto BXD, uniu uma rede baixadense para pensar políticas públicas territoriais gerando dados sobre e para a Baixada.

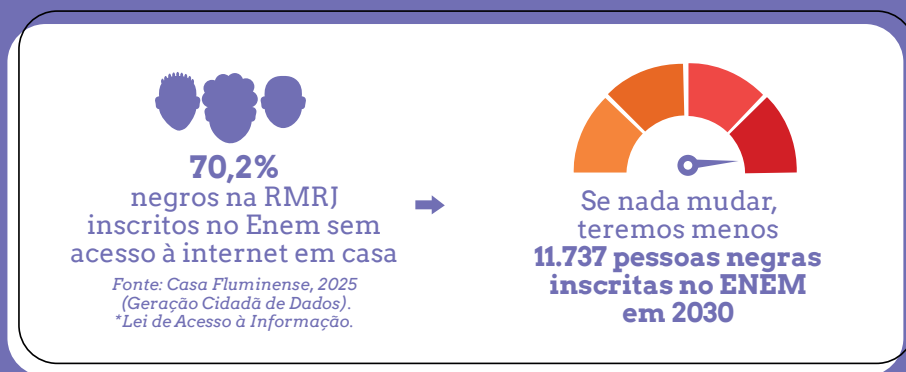
MARCOS





PRÉ VESTIBULAR GRATUITO

Incentivar a oferta de cursos preparatórios gratuitos para o vestibular, destinados a estudantes que estejam cursando ou já tenham concluído o último ano do ensino médio ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), seja na rede pública ou na rede privada como bolsistas. Esse apoio pode ser realizado a partir da destinação de recursos, autorização de uso dos espaços de educação e com a gratuidade no transporte para os alunos



PRÉ-VESTIBULARES POPULARES COMO UM ESPAÇO DE NOVOS FUTUROS POSSÍVEIS

Defendemos que a educação é um dos caminhos da construção de uma cidade que seja maravilhosa para todas as pessoas. Por isso, ao romper ciclos de exclusão e negação do espaço da universidade à população negra e indígena, os pré-vestibulares populares e comunitários promovem oportunidades não apenas materiais como também imateriais.

A exclusão do jovem periférico do ensino superior é um projeto político que vem sendo enfrentado há décadas, mas que ainda está presente nos números. Dados do INEP (2022) apontam que 95% dos inscritos no ENEM com renda familiar de até um salário mínimo são oriundos da rede pública de ensino. Além disso, o abismo digital tem cor: 70% dos inscritos no ENEM que não possuem acesso à internet em casa são negros. Frente a tanta exclusão, os pré-vestibulares comunitários se consolidaram nos territórios como uma verdadeira tecnologia social, uma ferramenta histórica criada para mitigar a exclusão de pessoas pobres e periféricas do acesso às universidades.

Os estudantes periféricos lidam diariamente com a falta de recursos básicos que afetam diretamente o aprendizado. Há registros de sábados letivos que precisaram ser encerrados mais cedo ou adaptados para o formato online devido à falta de água na escola pública que sedia os cursinhos. Muitos desses alunos precisam conciliar o sonho do ensino superior com rotinas exaustivas de trabalho. Há diversos casos de pessoas que saem mais cedo ou justificam a falta às aulas devido a trabalhos informais aos finais de semana ou por precisarem assumir o cuidado de irmãos mais novos ou de outros familiares. Soma-se a isso o impacto da violência do Estado na saúde mental: rodas de conversa realizadas pela equipe psicossocial revelaram a angústia e a ansiedade dos jovens de territórios com constantes operações policiais e violações de direitos.

Estudantes chegam a passar por privações alimentares e dependem de programas de auxílio permanência (como a bolsa do CPOP*) e de alimentação no cursinho para se manterem estudando. Para lidar com essas dores, os prés vem introduzindo práticas de acolhimento e escuta ativa através de equipes psicossocial e pedagógica.

Juventude Popular nas Universidades

Uma iniciativa do Fundo Casa Fluminense para fortalecer os pré-vestibulares sociais e comunitários da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



*A Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP) visa apoiar cursinhos populares no Brasil, de modo a garantir suporte técnico e financeiro para preparação de estudantes socialmente desfavorecidos que buscam ingressar na educação superior, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

#ComoContribuímos 

O PODER TRANSFORMADOR DOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES

A educação superior é a oportunidade que jovens periféricos, negros e de baixa renda possuem para ter a sua vida transformada, mas os desafios para ingressar em uma universidade pública são muitos. Nesse contexto, os pré-vestibulares gratuitos assumem papel central ao ampliar essa possibilidade de forma gratuita e inclusiva, sendo uma tecnologia social que garante a mobilidade social de muitas pessoas.

Por acreditar no poder de transformação dessa ferramenta, a Casa Fluminense criou o Juventude Popular nas Universidades e, desde 2020, vem fomentando o desenvolvimento institucional de pré-vestibulares populares e comunitários atuantes nas periferias da Região Metropolitana do Rio. Para além do apoio pedagógico, essas iniciativas incorporam práticas de cuidado, suprimindo lacunas muitas vezes não atendidas no ambiente familiar. Experiências como o PVC Conceição de Nilópolis articulam saúde mental, espaços de reflexão e política do cuidado, promovendo uma formação integral para os alunos.



É fundamental destacar que os pré-vestibulares populares e a política de cotas atuam como engrenagens complementares: enquanto as cotas asseguram o direito institucional à vaga, os pré-vestibulares garantem as condições reais de disputa e o suporte necessário para que o estudante acesse esse direito. A mobilização desses movimentos é fundamental e seus resultados já são evidentes dentro e fora das provas. A aprovação do Conselho Municipal de Juventude em Belford Roxo, após 35 anos, é a prova concreta desse impacto, representando uma conquista expressiva para os movimentos sociais da Baixada Fluminense e demonstrando que o efeito dessas iniciativas transborda a sala de aula para se converter também em incidência política ainda mais ampla.

MARCOS





Mais CRAS

Criar novas unidades de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e reativar as que estão inativas, priorizando o fim da sobrecarga de atendimento para assegurar serviços de qualidade e com infraestrutura adequada. Para isso é necessário fortalecer as equipes com a ampliação do quadro de profissionais e a oferta contínua de formação.


 Recomendação de famílias atendidas por CRAS: **5.000**

Casa Fluminense com base em CadÚnico, 2025.


 Realidade de famílias atendidas por CRAS na RMRJ: **11.561**




 Se nada mudar, todos os 22 municípios da RMRJ estarão com a rede de CRAS sobrecarregada em 2030

CRAS NA RMRJ: QUANDO A FILA É MAIOR QUE O ORÇAMENTO

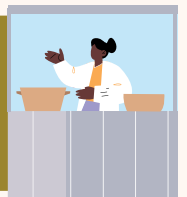
O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da proteção social onde a família chega antes de qualquer outro equipamento público. É onde se faz o CadÚnico, o acompanhamento familiar, a orientação de direitos. Em crises climáticas, sanitárias e econômicas, é o CRAS que a população vulnerabilizada procura primeiro, mas, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, essa porta está colapsando e quase fechada.

Dados do Cobradô, plataforma de monitoramento da metrópole produzida pela Casa Fluminense, mostram que 13 dos 22 municípios da RMRJ têm mais famílias cadastradas do que o CRAS consegue atender. Em Duque de Caxias, Nova Iguaçu e na capital, a demanda é quatro vezes maior que a capacidade. A sobrecarga dobrou desde 2020 e quem está nessa fila tem gênero e cor. Dados do CadÚnico mostram que 83,9% dos responsáveis familiares no Bolsa Família são mulheres e 73% delas são negras. Em 14 municípios da RMRJ, mais de 70% das mulheres que vivem em pobreza ou extrema pobreza são negras. Belford Roxo, Japeri, Queimados e São João de Meriti lideram essa lista com renda per capita de R\$ 600. A feminização da pobreza na RMRJ tem cor, e ignorar isso é fazer política pública na base do improvisado. A conta é simples: o orçamento federal para o SUAS em 2026 é de R\$ 3,9 bilhões para 8.557 CRAS no Brasil. Dá R\$ 37.900 por unidade por mês para pagar equipe, energia, aluguel e ainda atender toda a demanda. Mesmo contando com recursos estaduais e municipais, a conta não fecha.

A PEC 383/2017, conhecida como PEC do SUAS, aprovada na Câmara em abril de 2026, vincula 1% da Receita Corrente Líquida da União, dos estados e dos municípios ao sistema com implementação gradual até 2030. Com os três entes contribuindo, o investimento total pode chegar a R\$ 40 bilhões. Hoje são R\$ 3,9 bilhões. É uma vitória histórica que ainda precisa do Senado e depois dos prefeitos e governadores com coragem de executar o que foi prometido. Precisamos como sociedade civil pressionar e dar apoio irrestrito à aprovação final. O papo é direto: mais CRAS, equipe concursada para assistência às famílias ao longo prazo, orçamento real e participação da população para cobrar, monitoramento digital como o SISREG do SUS para transparência e dados de quantas pessoas estão na fila aguardando atendimento. Que essa agenda vire política executada, não promessa de campanha. Assistência social não é favor. É direito. E direito se garante com orçamento participativo.

Sim! Eu Sou do Meio

É um projeto nascido em Belford Roxo com a missão de tirar a Baixada Fluminense da invisibilidade social, econômica e política.



#ComoContribuímos 

PROTEÇÃO SOCIAL COM ATENDIMENTO DIGNO

Fortalecer os CRAS significa ampliar o acesso a direitos, promover proteção social nos territórios e assegurar que a assistência social alcance, de forma digna e eficiente, quem mais precisa. A Casa Fluminense vem não só monitorando a sobrecarga dos CRAS na Região Metropolitana do Rio como também fortalecendo coletivos e organizações sociais que atuam onde essa política não chega. Com a falta de profissionais e unidades suficientes para atender à população, são as lideranças sociais que precisam dar conta das lacunas deixadas pelo estado. Com o Fundo Casa Fluminense, a organização vem priorizando apoiar aqueles que estão na linha de frente dessa crise, pessoas que são a chamada de emergência da sua rua em casos de enchentes, violações de direitos e outras necessidades básicas que hoje seguem desassistidas, como a fome.

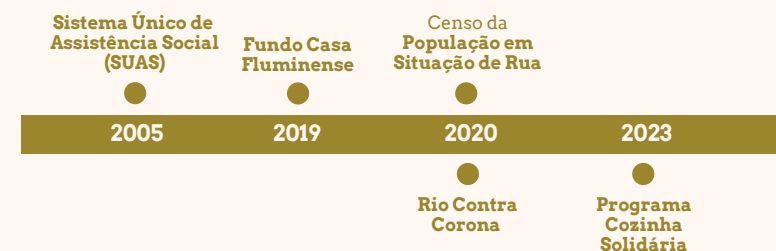


As cozinhas solidárias possuem um papel fundamental no combate à insegurança alimentar. Essa tecnologia social e ancestral ganhou o reconhecimento que merecia e se tornou uma política pública. Da Baixada ao Leste, vemos exemplos do impacto diário das cozinhas. Em Itaguaí, a Associação de Mulheres de Itaguaí Guerreiras e Articuladoras Sociais (A.M.I.G.A.S) distribui, em média, 200 refeições aos domingos. Além de alimentar, essa prática aproxima populações vulnerabilizadas do projeto para outras ações como rodas de acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica.



A Rede de Lideranças vem fortalecendo a incidência por políticas públicas voltadas à ampliação e qualificação da assistência social, contribuindo para o enfrentamento à sobrecarga e para a defesa da criação de novas unidades nos territórios mais vulnerabilizados. Um exemplo desse processo é a atuação do Fala Akari, que, em parceria com a rede comunitária do CRAS Acari, promoveu diálogos com trabalhadores da assistência social e com a população atendida pela unidade. Além dessa experiência, o PVP Bom Pastor mobilizou um seminário de acesso a direitos a fim de conscientizar a juventude. Em parceria com o CRAS e outros pré-vestibulares destacaram a importância da participação social e da articulação comunitária na construção de políticas públicas mais eficientes e conectadas às necessidades reais da população.

MARCOS





SAÚDE BÁSICA PARA TODOS

Assegurar o acesso à saúde básica equitativa com atendimento digno, inclusivo e seguro para todos, principalmente alcançando pessoas trans, porque só assim o sistema será verdadeiramente universal. Para qualificar a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o atendimento contínuo pelo SUS, é preciso que haja mais investimento na infraestrutura com a ampliação das equipes multiprofissionais e novas unidades de equipamentos especializados.



63,6%
das pessoas trans apontam medo de discriminação no atendimento

Fonte: Cobaradô Casa Fluminense, 2025
(Geração Cidadã de Dados).



Se nada mudar, **212.118** pessoas estarão na fila de espera por exame ou consulta em 2030.

TRANSMASCULINIDADES NEGRAS E O DIREITO À POLÍTICA PÚBLICA: Interseccionalidades entre gênero, raça e cidadania

Na saúde coletiva, trabalhamos com a ideia de determinantes sociais. Ou seja, ela não é definida apenas por fatores biológicos, mas pelas condições em que as pessoas nascem, vivem e morrem. Temos que ter isso em mente ao discutir o acesso e qualidade do atendimento que corpos racializados e dissidentes de gênero recebem.

Com poucos espaços especializados, o Rio de Janeiro ainda não oferece hormonização e medicação gratuita para homens trans e transmasculinidades. Essa negação gera risco de automedicação, afastamento do acompanhamento médico e até a falta de reconhecimento de si o que pode levar a processos de aniquilação da subjetividade, traumas até ideações suicidas e/ou suicídio. Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) sobre violência contra a população trans no estado revelou que, entre as notificações de violência autoprovocada, homens trans foram responsáveis por 42% dos casos.

Somente em 2026, o Ministério da Saúde publicou as primeiras orientações para garantir o uso do nome social e a segurança clínica de pessoas trans no SUS. E, há apenas dois anos foi lançada a Política de Atenção Primária à Saúde da População Trans (Paes Pop Trans) que visa acompanhar esses pacientes ao longo da vida. São medidas importantes frutos da colaboração de profissionais de saúde trans e movimentos sociais LGBTQIAPN+, mas ainda há passos fundamentais a serem dados, como, por exemplo, a garantia de uma saúde sexual e reprodutiva integral para pessoas trans, que inclui assistência à concepção, pré-natal, parto e pós-parto além do acesso ao aborto legal. Essas políticas só serão eficazes se houver a capacitação dos profissionais com letramento de gênero e raça, combatendo o racismo institucional e a transfobia que hoje afastam essas pessoas dos serviços de saúde. Muitas vezes o problema começa na marcação da consulta.

A criação de uma agenda transinclusiva não é somente uma reivindicação de um grupo minoritário e vulnerável, mas um elemento fundamental para uma democracia verdadeira e soberana para todos. O futuro que almejamos só poderá ser alcançado por meio do combate à transfobia estrutural.

Mako TransLab
Laboratório Negro de Inteligência e Estratégia de Homens trans



#ComoContribuímos 

SAÚDE DE TODOS É SAÚDE NOS TERRITÓRIOS

A saúde é um direito garantido a todos, mas o acesso a equipamentos de atenção básica, por exemplo, é desafiador para pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, gestantes – em especial quando se trata de pessoas negras e indígenas que muitas vezes têm sua saúde estigmatizada. A Casa entende que é preciso mais dados e propostas de políticas que priorizem esses grupos. Para isso, tem elaborado uma base de dados própria sobre os desafios que a população trans enfrenta na saúde pública, além disso em parceria com a Fiocruz apoiou a produção de Agendas Locais que monitoram e propõem novos caminhos para pensar o atendimento para esses grupos em especial nas periferias, favelas e comunidades originárias e tradicionais.

Na Zona Leopoldina do Rio, a Frente Penha participa ativamente de espaços públicos e comunitários que discutem saúde, em especial para pessoas com deficiências. Além disso, na agenda local da região as práticas comunitárias e ancestrais de cuidado com a saúde aparecem como urgentes de serem incluídas e valorizadas nos serviços públicos. Já na Baixada Fluminense, a Casa Dulce Seixas, que é o primeiro e único espaço de acolhimento LGBTQIAPN+ da região, vem realizando ações com equipes técnicas de proteção social para melhorar a qualidade do acolhimento dessa população. Na Zona Norte do Rio, o Fala Akari vem intensificando o controle social e as denúncias sobre a ausência de obras estruturais, relacionando saúde a determinantes sociais.



Muitas lideranças destacam que apesar da porcentagem de cobertura de atenção básica ser alta, essas unidades não estão localizadas nas áreas mais periféricas das cidades. A construção de mais UBS foi colocada como prioridade, as organizações e coletivos destacam que com a crise climática intensificando enchentes e ondas de calor já comuns nos territórios, o número de pessoas adoecidas vem aumentando mas essa demanda não está coberta pelos equipamentos hoje.

MARCOS





CIDADES SEGURAS

Garantir programas e ações de segurança pública que priorizem a proteção da vida assegurando o acesso das pessoas aos direitos básicos. É preciso investir em infraestrutura, conservação e bom funcionamento dos serviços e das áreas públicas, apostando em um outro modelo de segurança. Com menos combates armados, utiliza-se o amplo orçamento da pasta para investir em mais transparência com tecnologias de monitoramento dos serviços.



777

crianças e adolescentes baleadas no Rio em uma década

Fonte: Fogo Cruzado (Futuro Exterminado, 2016 - 2026)



Se nada mudar, vamos ultrapassar a marca de 1000 crianças e adolescentes baleados até 2030

POR UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA QUE PROMOVA A VIDA, NÃO A MORTE

O Rio de Janeiro vive cenário crítico na segurança pública e há décadas insiste na mesma estratégia equivocada: foco no policiamento ostensivo com perfilamento racial, aumento exponencial no orçamento público para produção de guerra, na repressão ao uso de drogas consideradas ilícitas e manifestações culturais populares, encarceramento em massa, e em operações policiais de larga escala com o uso de táticas de guerra e gastos bilionários. Além de não proteger a população, causar a morte sistemática de jovens negros e violar direitos, a opção por esse tipo de política não tem impedido o avanço de grupos criminosos e a escalada da violência.

Para superar este modelo, é necessário investir em políticas que são de responsabilidade dos cargos que estarão em disputa nas próximas eleições. Temas como prevenção e proteção social a partir de políticas intersetoriais com remanejamentos dos orçamentos de produção de guerra, controle de armas e munições, do fluxo financeiro do crime organizado e, principalmente, das polícias, com perícia autônoma e independente e a responsabilização de agentes do Estado por seus crimes, são incontornáveis e dependem da ação articulada dos diferentes níveis de governo.

Uma política de segurança pública comprometida com a vida não requer militarização: exige transparência, controle externo da atividade policial, planejamento, participação popular e articulação federativa. Segurança se constrói com direitos, não com a promoção da violência.



Fórum Popular de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro

Articulação de movimentos sociais, familiares de vítimas, coletivos de favelas e pesquisadores focada na construção de uma nova política de segurança pública.

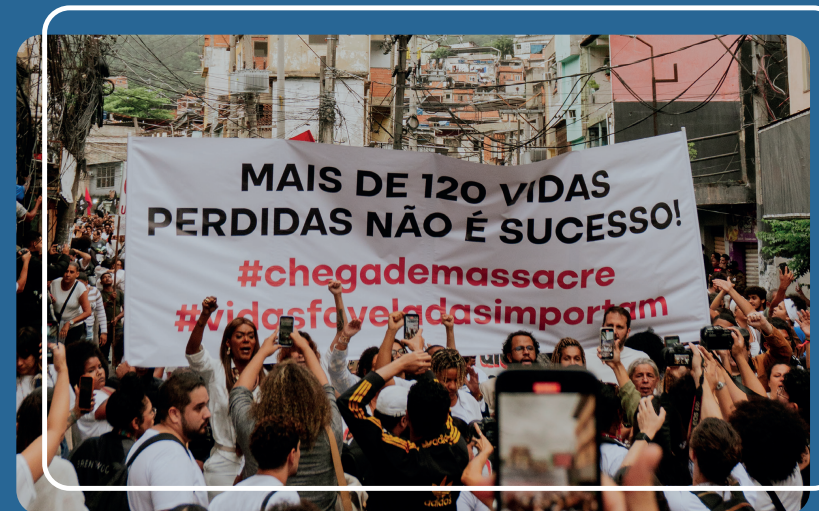
#ComoContribuímos 

PENSANDO COLETIVAMENTE CAMINHOS PARA UMA NOVA LÓGICA DE SEGURANÇA

A vida nas cidades é interrompida cotidianamente pela violência e letalidade, principalmente para quem vive em territórios em disputa ou ameaçados. As mortes em operações, desaparecimentos, negligência, abusos de poder entre outras violências são denúncias infelizmente comuns em toda a Região Metropolitana do Rio. Esse problema estrutural é sentido da Baixada ao Leste, todo nosso estado está atravessado por diferentes tipos de conflitos. As lideranças precisam criar seus próprios protocolos para se manterem vivas e conseguirem trabalhar com essa temática nos seus territórios. Buscam para isso ações coletivas de denúncia no Judiciário, nas grandes mídias, atos de rua além de cada vez mais produzirem dados e provas sobre a real situação de violência que a população enfrenta.



São dessas coletividades que surgem ações civis públicas e movimentos que modificam protocolos para operações policiais em favelas de todo o país e ampliam o debate sobre direitos e cidades que queremos ter, como faz a ADFP 635 (ADFP das Favelas). A Frente Estadual pelo Desencarceramento, Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência de Estado da Baixada Fluminense e a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial são algumas das organizações que formam uma rede de suporte às famílias de vítimas da violência, fazem a mediação de conflitos entre polícia e população nos atos, monitoram novos usos das tecnologias de vigilância enquanto buscam criar caminhos para uma nova realidade. Mas para isso é preciso garantir a participação social nessa mudança, por isso questionam-se as cadeiras dos conselhos de segurança – a sociedade civil vem sendo perseguida e se retirando desses espaços em alguns dos territórios da metrópole.



Pensando em quebrar preconceitos e devolver a cidade para as pessoas, o Pedala Queimados mobilizou um festival de bicicletas para falar sobre o grau, prática comum de crianças e adolescentes. O coletivo de mobilidade apresentou projeto de lei na cidade para tornar o grau de bicicleta uma atividade de cultura e lazer reconhecida. Para o Pedala Queimados ter conseguido aprovar a proposta é uma forma preventiva de não criminalizar práticas culturais de jovens negros que em muitos casos se tornam precedentes para ampliação de abordagens violentas. A partir da lei, a cidade agora tem ruas específicas para a prática.

MARCOS





MORADIAS DIGNAS

Estruturar a política de habitação de interesse social, priorizando a oferta nas centralidades infraestruturadas dos municípios e também qualificando as moradias populares já existentes. A partir da identificação e destinação de imóveis e terrenos ociosos para fins habitacionais, aliada à oferta de assistência técnica para melhoria das condições de moradias. Além de reforçar a destinação de recursos orçamentários para o setor e adotar modelos de autogestão que ampliem o controle e a participação social.



70%
das mulheres em domicílios que não são destinados à habitação, são negras.

Fonte: Mapa da Desigualdade, Casa Fluminense



Se nada mudar, o valor do aluguel social **seguirá congelado no valor de R\$ 400 em 2030**

MORADIA DIGNA É A BASE PARA UMA VIDA PLENA E SAUDÁVEL

O déficit habitacional se consolidou como um dos principais desafios sociais da metrópole fluminense. Milhares de famílias vivem em condições precárias, em moradias inadequadas, áreas de risco, ocupações irregulares ou sem acesso à infraestrutura básica, enquanto o alto custo dos aluguéis e a desigualdade socioespacial dificultam o acesso a uma vida digna. Pessoas em situação de vulnerabilidade habitacional enfrentam diariamente a discriminação, a violência, a exposição às condições climáticas extremas, a insegurança alimentar e a exclusão social. Além da ausência de alternativas dignas de moradia e sobrevivência, essa realidade impacta profundamente a saúde mental das famílias, gerando sofrimento, instabilidade emocional e insegurança constante.

A União Nacional de Moradia Popular (UNMP) é um movimento que trabalha com autogestão como ferramenta de construção da cidadania, uma metodologia que foi implementada na Ocupação Vito Giannotti, com o objetivo de dar função social a um prédio que foi há muitos anos propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) abandonado há mais de 15 anos. Hoje, a Ocupação Vito Giannotti se tornou um espaço de construção coletiva, solidariedade e fortalecimento comunitário. No local, acontecem encontros e projetos voltados à garantia da moradia digna, além da Cozinha Solidária, que apoia iniciativas como o Sopão do Bem, responsável pela distribuição de refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Nos últimos anos a ocupação obteve duas vitórias importantes para todo o movimento de luta por moradia. A primeira foi a autorização da justiça para o uso do prédio como Habitação de Interesse Social (HIS), encerrando a disputa com o INSS. Esse marco permitiu que, em março de 2025, fosse assinado o contrato pelo programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, garantindo os recursos para a reforma estrutural e a regularização definitiva das moradias.

A ocupação é formada majoritariamente por mulheres negras, muitas delas mães solo, que representam cerca de 80% dos moradores. Também reúne pessoas de diferentes profissões e trajetórias, fortalecendo redes de apoio e resistência. Experiências como estas reforçam a importância de políticas públicas habitacionais que apoiem iniciativas populares de moradia, ampliem o acesso à habitação de interesse social e promovam cidades mais justas, inclusivas e com dignidade para toda a população.

Ocupação Vito Giannotti

Organizada por movimentos sociais, luta por moradia popular na região central da cidade do Rio garantindo a função social



#ComoContribuímos 

O DIREITO DE MORAR: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS NA RMRJ

A Região Metropolitana do Rio vive uma ausência de uma política habitacional eficiente e integrada capaz de articular o uso social do solo urbano às necessidades da população de baixa renda. Soma-se a esse cenário a ineficácia das políticas existentes, marcadas pela insuficiente implementação de recursos destinados à produção e gestão de novas moradias, assim como irregularidades orçamentárias das gestões, além da limitada participação social nos processos de planejamento, o que dificulta a construção de soluções sustentáveis, inclusivas e alinhadas às necessidades da população.

Esse cenário precisa ser acompanhado de perto. Por isso, a Casa Fluminense tem atuado na análise de dados sobre moradia por meio do Mapa da Desigualdade. Na publicação são monitorados indicadores como: o acesso a moradias populares, a proporção de mulheres negras em domicílios não destinados à habitação e o número de moradias afetadas por eventos climáticos.



As altas temperaturas e fortes chuvas exigem uma mudança nas nossas cidades e com a chegada de programas nacionais no Leste Fluminense, coletivos e organizações locais vem acompanhando a destinação de recursos através da promoção de audiências públicas, disputando editais e espaços de construção de novos modelos de habitação. Com foco no conforto térmico e bem estar da população, eles articulam para que o recurso seja direcionado para garantir cidades mais resilientes e justas.



Na outra ponta da metrópole, organizações de Paracambi e Duque de Caxias têm incidido junto ao poder público para que sejam oferecidas moradias a mulheres vítimas de violência doméstica. Além da construção de casas de acolhimento em prédios ociosos, lideranças apontam que habitação digna precisa ser priorizada para que essas vítimas saiam do local onde sofrem violência.

Reconhecida como um símbolo de resistência, a Ocupação Manoel Congo, coordenada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), transformou um antigo prédio do INSS abandonado em um espaço de habitação para 42 famílias. Os moradores da ocupação são em sua maioria trabalhadores informais e aposentados que, se não estivessem dentro do movimento, não teriam condições de morar na região central do Rio, próximos a uma melhor estrutura de saúde, educação e oportunidades.

MARCOs





SALVAGUARDAR MEMÓRIAS E SABERES

Reconhecer e preservar os detentores das culturas populares e tradicionais com programas de apoio e valorização de mestres e mestras. Essas ações serão fortalecidas a partir do Conselho, Plano e Fundo (CPF). Com os Sistemas de Cultura implementados será possível ampliar as formas de salvaguardar expressões, ofícios, saberes, acervos e bens culturais, artísticos e naturais.



Apenas **5 Aldeias e 23 Quilombos** foram mapeados pelo Censo na RMRJ

Fonte: Censo, 2022.



Passamos **150 anos** sem dados no Censo sobre a população quilombolas

POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA TERRITORIALIZADA: DO FOMENTO AO SISTEMA

Passamos pela pandemia! Contraditoriamente, vivenciamos um novo ciclo de políticas culturais como consequência da paralisação da vida e da convivência na rua, nos salões, nos cinemas, nos teatros e nas produções culturais. O conjunto de ações emergenciais destinadas a aliviar os efeitos econômicos da pandemia, conhecido como Lei Aldir Blanc (LAB), permitiu renda, fomento à produção cultural e manutenção de espaços culturais comunitários. A seguir tivemos a Lei Paulo Gustavo (LPG), mais direcionada ao setor audiovisual, mas que também fomentou a produção cultural de outras linguagens artísticas e modos de vida.

Em comum, ambas possibilitaram que o recurso financeiro originário do Fundo Nacional de Cultura (FNC) chegasse onde nunca tinha chegado antes. Todos estados e municípios tiveram oportunidade de acessar recursos para realizar chamadas públicas, editais e prêmios, permitindo o fomento da produção cultural e a sobrevivência das trabalhadoras e trabalhadores da cultura.

Agora vivemos outro momento. Temos a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) que garante recursos para as chamadas públicas até 2028. As leis emergenciais e PNAB enfrenta um dos principais problemas do campo cultural, o fomento, possibilitando uma certa democratização do financiamento à cultura. O desafio agora é consolidar o Sistema Nacional de Cultura e, nos territórios, os sistemas estaduais e municipais. Há necessidade de formulação de políticas de indução à criação dos eixos de sustentação do sistema, especialmente nos municípios periféricos: Conselhos de Políticas Culturais, Planos de Cultura e Fundos de Cultura. Isto é, o CPF da cultura ainda precisa ser validado.



Observatório Baixada Cultural – OBaC (IFRJ/UFRRJ)

Criado em 2020, o OBaC tem como objetivo produzir pesquisas, intervenções e estudos focados no território da Baixada Fluminense através de projetos de extensão.

#ComoContribuímos 

MESTRES, TERRITÓRIOS E RESISTÊNCIA CULTURAL NA RMRJ

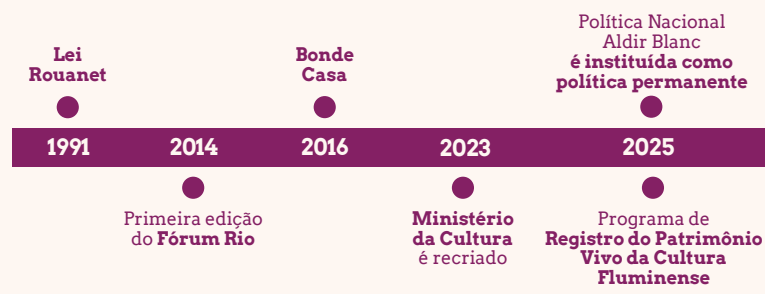
Nossa metrópole é marcada por intensa diversidade cultural e profundas desigualdades territoriais. A consolidação do Sistema de Cultura, estruturado no tripé Conselho, Plano e Fundo (CPF), fundamental para garantir continuidade, financiamento e participação social nas políticas culturais, segue como um desafio. Nesse contexto, o reconhecimento e a valorização de mestres e mestras da cultura popular tornam-se centrais, pois são esses sujeitos que mantêm protegidos os saberes, ofícios e práticas que constituem o patrimônio material, imaterial e vivo dos territórios.

Com uma proposta itinerante, o Fórum Rio produzido pela Casa Fluminense tem o compromisso de valorizar as práticas, culturas e especificidades dos territórios, reconhecendo seus processos, saberes e vivências, além de impulsionar o comércio local e o resgate de histórias e ancestralidades. Complementarmente, o projeto Bonde Casa: Cultura em Trânsito buscou sistematizar, ao longo de 2023 e 2024, a centralidade da cultura, especialmente negra, favelada e periférica, como expressão de identidade, memória e transformação social. Além disso, a Casa lançou o documentário Rio, Negro, em que acionou a história, memória e estética em reconhecimento de uma herança negra que precisa ser valorizada e preservada para posicionar o argumento racial no centro do debate sobre políticas públicas de igualdade e reparação.



Experiências como o trabalho de incidência da Casa Uivo, em Paracambi, apresentam avanços concretos na institucionalização da participação social, com a implementação de instrumentos de gestão cultural e a criação de conselho com maioria da sociedade civil, ampliando a democratização das decisões no campo da cultura. A partir do Curso de Políticas Públicas, um grupo de jovens criou o Observatório Y-guassú e desenvolveu como projeto a cartilha Nossa Y-guassú, contando com imersão na Cabana do Vulcão, no intuito de ressaltar marcos históricos trazendo reconhecimento e valorização da memória. Já no Leste Fluminense, em Tanguá, o Ecomuseu Caceribu, ponto de memória comunitária atua desde 2015 na preservação da cultura local da Folia de Reis, em um contexto de ausência de políticas culturais estruturadas, a iniciativa fortalece o papel de lideranças, mestras e mestres na salvaguarda das tradições do território.

MARCOS





OS TERRITÓRIOS MUDAM AS PESSOAS E AS PESSOAS MUDAM AS AGENDAS

AGENDAS LOCAIS, SEMPRE EM MOVIMENTO

O que está acontecendo e o que vem por aí!

AGENDA QUEIMADOS

Revisão da agenda para inclusão do eixo de saúde.

AGENDA SÃO GONÇALO

Construção de uma campanha de incidência pela Tarifa Zero e elaboração de dossiês sobre justiça climática e saneamento básico no município.

AGENDA ITAGUAÍ

Realização de um mapeamento das enchentes no município chamado "A realidade das enchentes em Itaguaí", em parceria com o Datalabe.

PLANO CPX ALEMÃO

Consolidação da proposta de urbanização verde construída no território em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, que foi incorporada à agenda pública municipal, contemplada em edital federal e será implementada por meio do programa Periferia Viva.

AGENDA VILA KENNEDY

Lançamento da publicação.

AGENDA ITABORAÍ

Realização de uma pesquisa de monitoramento da política de Tarifa Zero implementada no município.

AGENDA RIO DAS PEDRAS

Formação de agentes populares de saúde em parceria com o Ministério da Saúde, fortalecendo a atuação comunitária e o cuidado territorial.

AGENDA JAPERI

Implementação da Tarifa Zero no município, fruto de um longo processo de incidência em defesa do direito à mobilidade.

AGENDA PENHA

Escrita coletiva e consolidação das propostas da publicação, o lançamento foi realizado no Fórum Rio 2026, o grupo foi anfitrião do festival.

AGENDA CAMPO GRANDE

Realização de debate público sobre a UERJ Zona Oeste, com a presença de parlamentares, estudantes e professores que defendem a permanência, o fortalecimento e o investimento na universidade pública na região.

AGENDA BELFORD ROXO

Retomada do projeto "Geral no Meio", mobilizando a juventude para dialogar com candidatos e acompanhar os avanços concretos no território, como a implementação da Tarifa Zero.

AGENDA REALENGO

A luta continua para garantir a execução da expansão do Parque de Realengo com os itens sugeridos pela população e a defesa de criação de um centro de memória do bairro.

AGENDA PARACAMBI

Realização de pesquisas e fóruns temáticos para a construção da agenda.

AGENDA NOVA IGUAÇU

Realização de rodas de conversa temáticas nas Unidades Regionais de Governo do município para a construção da agenda.



SEGUE A MISSÃO

É para inspirar a sociedade, influenciar os governos e melhorar nossa qualidade de vida e a qualidade das políticas públicas que produzimos diagnósticos e propostas. Mapa e Agenda, dados e narrativas.

Nos 13 anos da Casa sempre acreditamos, e comprovamos, que com a mobilização de agentes periféricos e o fortalecimento de lideranças sociais, é possível criar políticas públicas baseadas em soluções comunitárias feitas diariamente por quem está com o pé no chão das nossas periferias, favelas e comunidades originárias e tradicionais. Ao mesmo tempo que estas refletem as prioridades da população dos territórios, as iniciativas são guias para um futuro que nossa Rede de Lideranças luta para não abrir mão.

Com a sistematização dessas tecnologias sociais e ancestrais, organizamos metodologias reaplicáveis e inspiradoras em nível nacional e internacional. Conquistar as propostas prioritárias será, assim, a materialização local dos objetivos de desenvolvimento sustentável globais e institucionais.

A Casa Fluminense se baseia na premissa de que a promoção da justiça social e a redução das desigualdades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro dependem da participação ativa da sociedade civil e que há uma crise de representação política e institucional instaurada aqui, há anos. No nosso contexto bem urgente de salvar e aprimorar o Estado democrático de direito no Rio e no país, será imprescindível mobilizar estrategicamente os territórios para pautar e atravessar as próximas eleições, decisivas para fechar esta e iniciar a próxima década da democracia brasileira, rumo ao tão sonhado 2030.

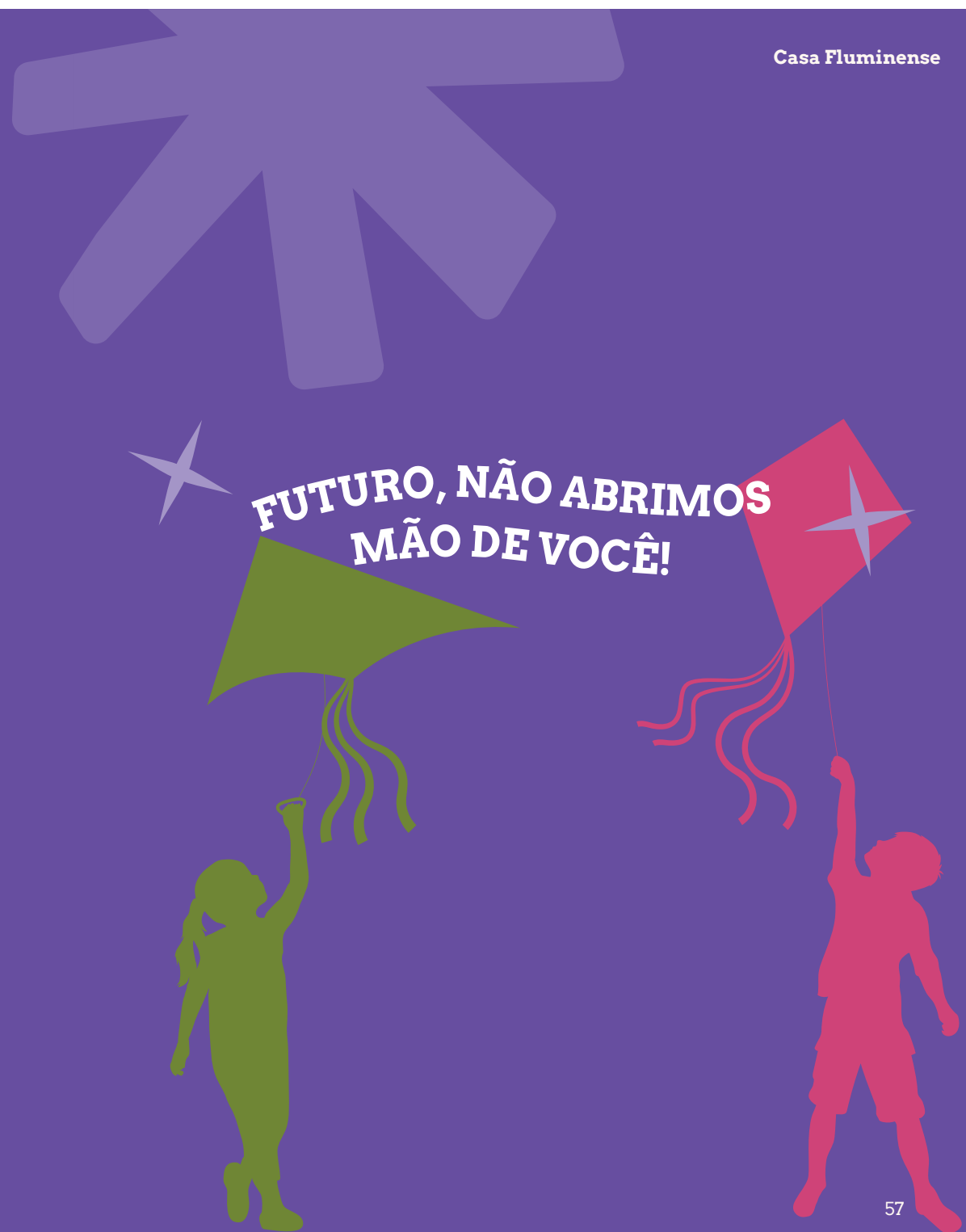
Renovar o Executivo e a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro precisa ser um compromisso inadiável para pensarmos um futuro possível para o estado. Diante de um cenário recorrentemente desafiador, com graus de insegurança diversos e ainda mais acentuados em um ano eleitoral em que, pela sétima vez desde a redemocratização, o governador do estado é cassado por práticas corruptas e relações criminosas, garantir a presença das lideranças comunitárias nos espaços de decisão é urgente.

A renovação que buscamos passa também pela reestruturação de espaços públicos-chave para fomentar o planejamento e o monitoramento do nosso hoje e do nosso amanhã. O centro estadual de estatísticas, que deveria produzir dados governamentais sobre o Rio de Janeiro para embasar a tomada de decisão nos territórios periféricos e vulnerabilizados, tornou-se centro de uma investigação que resultou em mais uma cassação. O instituto de planejamento metropolitano, que deveria propor desenvolvimento para a metrópole, está de portas fechadas para a população.

É preciso proteção, formação e planejamento para garantir a vida das pessoas que lutam por direitos e a sustentabilidade das organizações e coletivos. Descentralizar oportunidades, ofertar redes, cursos e recursos: são formas de contribuição do terceiro setor, que dá tantos exemplos de redes estruturadas de apoio para questões estruturais e emergenciais.

Um futuro com escuta e participação social. Um futuro comprometido com a promoção da justiça social e com a garantia da vida. Enquanto esse futuro não chega, vamos seguir lutando por ele.

Porque o Rio de Janeiro é nosso, e dele não abriremos mão!



FICHA TÉCNICA

AGENDA RIO 2030 - EDIÇÃO 2026

Coordenação da Publicação:

Luíze Sampaio | Lorryne Honorato

Edição:

Lorryne Honorato | Bruna Neres |
Carin Nuru | Letícia Marinho |
Maria Clara Monteiro | Lucas Linhares

Supervisão:

Luíze Sampaio | Paola Lima |
Taynara Cabral | Taty Maria | Vitor Mihessen

Suporte Administrativo:

Larissa Carneiro

Revisão Ortográfica e Gramatical:

Mariflor Rocha

Projeto Gráfico:

Peu Brandão | Lucas Linhares | Taynara Cabral

Apoio Institucional:

Open Society Foundations (OSF) | Fundação Ford

EQUIPE CASA

Coordenação-geral | Vitor Mihessen
Coordenação de Informação | Luíze Sampaio | Lorryne Honorato
Coordenação de Comunicação | Taynara Cabral | Carin Nuru | Lucas Linhares
Coordenação de Operações | Taty Maria | Larissa Carneiro | Letícia Marinho
Coordenação de Mobilização | Paola Lima | Bruna Neres | Maria Clara Monteiro

FIQUE POR DENTRO



Mapa da
Desigualdade



Cobradô



Agenda Rio 2030
e Agendas Locais

AGRADECIMENTOS

LIDERANÇAS E PARCEIROS

Amanda Almeida	Fabbi Silva	Marcyllene Maria
Ana Clara Canellas	Francisco Silva Pinto	Mariana Galdino
Andressa Dutra	Fransérgio Goulart	Nathalia da Silva
Beatriz Oliveira	Henrique Magalhães	Pamela Silveira
Carla Felizardo	Jeferson Nunes	Priscila Marcelino (Abebê)
Carlos Leandro	Johari Silva	Rayane Pereira
Cassius Clay	Juliana Baptista	Rhaysa Ruas
Clair Pessanha	Laura Ramos	Samuel Evangelista Azevedo
Cyntia Matos	Leandro Marinho	Sidnei Fernandes
Debora Silva	Lívia Mariana	Vitória Rosa
Douglas Almeida	Kemily Mello	Wendel Rodrigues Silva
Etel Oliveira	Mayara Antunes	Zilda Soares
Euna Thayná	Marcela Cristina	
Evelyn Mota		

ORGANIZAÇÕES

Ação da Cidadania	Maternidade Favelada
Casa Cuidado	NEPAN
Casa Uivo	Observatório de Favelas
Coalizão Triplo Zero	Observatório Baixada Cultural
Cure	Observatório Itaboraí
Curso Popular Enraizados	Observatório Y-guassú
Espaço Gaia	Ocupação Vitto Gianotti
Fala Akari	Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
Fórum de Ação Popular do Complexo do Alemão	Pedala Queimados
Fórum Estadual do Cuidado	Pré-vestibular Comunitário Nós por Nós
Fórum Popular de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro	Pré vestibular Comunitário Conceição
Frente Penha	Pré vestibular Maria Madalena
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	Pré vestibular Popular Bom Pastor
Gente Formando Gente	Pré vestibular Santa Cruz Universitário
Instituto BXD	Rede GCD
Instituto Decodifica	Rede de Adaptação Antirracista
Instituto Mirindiba	Ressuscita São Gonçalo
Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial	Sim! Sou do Meio
Juventude Popular na Universidade	
Mais por nós	
Mais que Vencedores	